



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo I – Inquérito Policial

21) Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica

____.ª Vara Criminal da Comarca ____.¹

Inquérito n.º ____

Ofício n.º ____

Vistos.

Trata-se de representação da autoridade policial pela autorização para realização de interceptação telefônica de vários números, relacionados aos suspeitos da prática de seguidos roubos de cargas, ocorridos na mesma região, com o mesmo modo de agir, visando aclarar a autoria da referida infração penal.

Instaurou-se inquérito policial e vários depoimentos foram colhidos, restando indubitosa a materialidade do delito, mas havendo absoluta necessidade de se detectar, com segurança, a autoria.

As vítimas foram ouvidas e forneceram a descrição dos suspeitos, que coincide com os registros fotográficos de indiciados por roubos de carga já identificados criminalmente. O mesmo ocorreu com as testemunhas inquiridas (fls. ____).

Justificada a indispensabilidade da medida, não somente pelo *fumus boni iuris*,² mas sobretudo pelo *periculum in mora*,³ pois a quadrilha eventualmente existente pode dar conta da investigação, alterando seu campo de atuação, bem como fundado nos arts. 2.º, 4.º e 5.º da Lei 9.296/96, defiro a interceptação dos seguintes números: ____,⁴ pelo prazo de quinze dias.

Em segredo de justiça, oficie-se à empresa de telefonia para que sejam adotados os procedimentos necessários à execução da medida.

Comunique-se à autoridade policial e ao Ministério Público.

Comarca, data.

Juiz de Direito

¹ Quando houver na Comarca, a decisão será proferida por Departamento ou Vara Especializada em Inquéritos.

² Significa “fumaça do bom direito”.

³ Significa “perigo na demora”.

⁴ Indicá-los um a um, na decisão, para maior segurança.